

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.935 - SC (2018/0324899-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : OI S.A
ADVOGADOS : PAULO MARCONDES BRINCAS E OUTRO(S) - SC006599
RENATO MARCONDES BRINCAS - SC008540
MARLI COLLMAN - SC039286
AGRAVADO : LUIZ KAUCH
AGRAVADO : VICENTE KUIAVA
AGRAVADO : ERIVALDO KUHL
AGRAVADO : JOSÉ ANTÔNIO LACERDA
AGRAVADO : LUCAS M. LEVANDOVSKI
AGRAVADO : DANIEL FELIPE MAGALHÃES
AGRAVADO : NELSON F. MAGALHÃES
AGRAVADO : ALCEU CELESTINO MALINOVSKI
AGRAVADO : OSMAR JEFERSON PEDRON
AGRAVADO : ALZIRO SCHLOCOBIER
AGRAVADO : IVAN CARLOS SEMMER
AGRAVADO : JOANITO CARVALHO STELZNER
AGRAVADO : GABRIEL STOLTZ
AGRAVADO : AMILTON TIBES
AGRAVADO : ARACI GELBCKE WIELEWSKI
AGRAVADO : DAMIAO TYSZKA
AGRAVADO : IZILDO EDEMAR WIELEWSKI
ADVOGADO : AMARILDO PEREIRA - SC023443

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela OI S.A. contra a decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

"AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA. COMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES EMITIDAS DE FORMA DEFICITÁRIA. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO ATIVO DE 19 (DEZENOVE) AUTORES. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, POR ILEGITIMIDADE ATIVA EM RELAÇÃO A 3 (TRÊS) DEMANDANTES, E POR HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA DA AÇÃO NO TOCANTE A OUTROS (TRÊS) REQUERENTES, BEM COMO DE PROCEDÊNCIA NO CONCERNENTE AOS DEMAIS POSTULANTES. RECURSO DE APELAÇÃO DOS AUTORES. PRETENDIDA REFORMA DA SENTENÇA NA PORÇÃO EM QUE RECONHECEU A ILEGITIMIDADE ATIVA DE TRÊS DOS DEMANDANTES. PRETENSÃO AFORADA POR DAMIÃO TYSZKA. LEGITIMAÇÃO COMPROVADA POR MEIO DE DOCUMENTAÇÃO IDÔNEA E INDISPENSÁVEL AO PROCESSAMENTO DA DEMANDA, ENCARTADA DURANTE O PROCESSADO.

INEXISTÊNCIA, ADEMAIS, DE PRÉVIO COMANDO DE EMENDA IDÔNEO AO DESIDERATO. EXEGESE DOS ARTS. 283 E 284, AMBOS CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973, ENTÃO VIGENTE. HOMENAGEM AOS PRINCÍPIOS DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS E DA ECONOMIA PROCESSUAL. ADEMAIS, REGRAMENTO DOS ARTS. 396 E 397, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 - QUE DISPÕEM RESTRIÇÕES ACERCA DA JUNTADA DE DOCUMENTOS CAPAZES DE PROVAR O DIREITO DA PARTE -, INAPLICÁVEIS À SITUAÇÃO ENFOCADA, POR SER ESTA RESPEITANTE À JUNTADA DE DOCUMENTAÇÃO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA DEMANDA. RECOGNIÇÃO DA LEGITIMAÇÃO ATIVA QUE SE IMPÕE, COM EXTENSÃO DA PROCEDÊNCIA DA AÇÃO, RECONHECIDA A OUTROS AUTORES, PARA O REFERIDO POSTULANTE, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. INTENTOS OFERTADOS POR AMILTON TIBES E DANIEL FELIPE MAGALHÃES. ELEMENTOS PROBANTES ACOSTADOS AOS AUTOS DEMONSTRADORES DE QUE REFERIDOS ACIONANTES, ANTES MESMO DA EMISSÃO ACIONÁRIA, CEDERAM A TERCEIROS OS CONTRATOS EMBASADORES DE SUAS RESPECTIVAS PRETENSÕES, COM TODOS OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES A ESTES INERENTES. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, ACERTADA. SENTENÇA MANTIDA EM RELAÇÃO A ESTES.

ALMEJADA REFORMA DA SENTENÇA NA PARTE EM QUE HOMOLOGOU A DESISTÊNCIA DA AÇÃO E EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO NO CONCERNENTE AO POSTULANTE IZILDO WIELEWSKI. ACOLHIMENTO. EXISTÊNCIA DE PEDIDO DE RENÚNCIA AO PLEITO DE DESISTÊNCIA REALIZADO NÃO APENAS DA SENTENÇA, MAS TAMBÉM DA PRÓPRIA ANGULARIZAÇÃO PROCESSUAL, FATO ESTE A DISPENSAR, POIS, A ANUÊNCIA DA PARTE RÉ. APRECIAÇÃO DA PRETENSÃO EM VOGA QUE SE OPERA, COM EXTENSÃO DA PROCEDÊNCIA DA AÇÃO, RECONHECIDA A OUTROS AUTORES, PARA O REFERIDO POSTULANTE, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

REQUERIDA CONDENAÇÃO DA RÉ A SUBSCREVER OU INDENIZAR A INTEGRALIDADE DA QUANTIDADE DE AÇÕES RELATIVAS À DOBRA ACIONÁRIA, E NÃO APENAS AQUELAS DECORRENTES DA DIFERENÇA DAS AÇÕES NÃO SUBSCRITAS RECONHECIDA EM DEMANDA ANTERIOR, COM AS RESPECTIVAS VERBAS CONSECUTÓRIAS. ACOLHIMENTO. ACIONISTAS DA SOCIEDADE DE TELEFONIA FIXA QUE, AO ENSEJO DA CISÃO, DEVERIAM TER RECEBIDO IDÊNTICO NÚMERO DE AÇÕES DESTA ÚLTIMA COMPANHIA, CONFORME DELIBERAÇÃO REALIZADA NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 30.1.1998, QUANDO A PARCELA CINDIDA FOI INCORPORADA À TELESC CELULAR S.A. PRETENSÃO EXORDIAL QUE COMPREENDE A TOTALIDADE DAS AÇÕES ATINENTES À DOBRA ACIONÁRIA, TANTO PELO DESDOBRAMENTO DAS AÇÕES DE TELEFONIA FIXA REGULARMENTE EMITIDAS, COMO PELO DESDOBRAMENTO DAQUELAS AÇÕES DE TELEFONIA FIXA QUE NÃO FORAM EMITIDAS A TEMPO E MODO.

TENCIONADA ANÁLISE DO LAPSO PRESCRICIONAL DAS AÇÕES DA

DOBRA ACIONÁRIA DE FORMA INDEPENDENTE DAS AÇÕES DE TELEFONIA FIXA. INTERESSE RECURSAL AUSENTE. SENTENÇA QUE, MALGRADO NÃO TENHA FEITO REPORTADA DISTINÇÃO, NÃO RECONHECEU O TRANSCURSO DE QUALQUER LAPSO PRESCRICIONAL EM DESFAVOR DOS DEMANDANTES. RECLAMO NÃO CONHECIDO NESTE TOCANTE.

ASSERTIVA DE QUE, NA HIPÓTESE DE INDENIZAÇÃO, DEVE SER CONSIDERADA A DATA DA MAIOR COTAÇÃO EM BOLSA PARA CONVERSÃO ACIONÁRIA. INACOLHIMENTO. JULGADOS DO TRIBUNAL DA CIDADANIA E DESTA CORTE QUE BALIZAM ENTEDIMENTO SEGUNDO O QUAL, EM CASO DE CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER EM INDENIZAÇÃO, DEVE SER CONSIDERADO O VALOR DAS AÇÕES EM BOLSA, COTADO NA DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO.

SÚPLICA PARA QUE CONSTE DA SENTENÇA MENÇÃO EXPRESSA À CONDENAÇÃO DAS AÇÕES FALTANTES DE TODAS AS LINHAS COMPRADAS PELOS AUTORES DIRETAMENTE DA TELESC S.A., OU DE QUALQUER OUTRA EMPRESA DE TELEFONIA INTEGRANTE À ÉPOCA DO SISTEMA TELEBRÁS, INDEPENDENTEMENTE DA DATA DA COMPRA. DESCABIMENTO. INTENTO QUE ESBARRA NA DELIMITAÇÃO CONSTANTE DA PRÓPRIA EXORDIAL, QUE, ALIÁS, COMO DEVERIA, À LUZ DO DISPOSTO NO ART. 282 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 (VIGENTE È ÉPOCA), ESPECIFICOU, A PARTIR DE EVIDÊNCIAS MÍNIMAS ACERCA DA EXISTÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES, OS RAMAIS AOS QUAIS ESTARIAM VINCULADOS OS PACTOS OBJETO DA LIDE.

PLEITO PARA QUE SE FAÇA CONSTAR NO ACÓRDÃO ANOTAÇÃO EXPLÍCITA DE QUE COM RELAÇÃO AOS VALORES INTEGRALIZADOS (PAGOS) E NÃO CAPITALIZADOS, NÃO HÁ FALAR EM PRESCRIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL, ANTE A NÃO RECOGNIÇÃO DA PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO A QUALQUER DOS PACTOS REQUESTADOS PELOS AUTORES. IRRESIGNAÇÃO NÃO CONHECIDA NESTE PONTO.

ALMEJADA CONDENAÇÃO DA RÉ AO PAGAMENTO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO, BONIFICAÇÕES, DIVIDENDOS, ÁGIOS E DEMAIS VANTAGENS. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL QUANTO AOS TRÊS PRIMEIROS PROVENTOS, HAJA VISTA QUE O COMANDO SENTENCIAL JÁ ASSEGUROU ALUDIDAS VERBAS AOS INSURGENTES CUJA DEMANDA RESTOU JULGADA PROCEDENTE. PRETENSÃO QUANTO AOS ÁGIOS. ACOLHIMENTO. CONSECTÁRIO LÓGICO DA OBRIGAÇÃO DE SUBSCREVER AÇÕES. 'DEMAIS VANTAGENS'. GENERALIDADE DO PLEITO QUE OBSTA A APRECIÇÃO DO INTENTO.

VALOR DO CONTRATO. REQUERIDA CONSIDERAÇÃO, PARA EFEITOS DO VALOR DO CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, EM SE TRATANDO DE CONTRATOS DO TIPO PCT, DO VALOR DE VENDA A PRAZO DE R\$ 1.540,92. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS NOS AUTOS A SUBSIDIAR A ADOÇÃO DE ALUDIDO IMPORTE. OUTROSSIM, POSICIONAMENTO DESTES ÓRGÃO FRACIONÁRIO, QUE, A RESPEITO DA CONTRATAÇÃO NA

MODALIDADE PCT, VEM ENTENDENDO, NA MAIORIA DOS CASOS, PELA NECESSIDADE DE ADOÇÃO DO VALOR MÁXIMO DE COMERCIALIZAÇÃO REGULADO EM NORMAS GOVERNAMENTAIS. ADEMAIS, QUESTÃO QUE PODE SER MELHOR DESLINDADA NA ETAPA SUBSEQUENTE DE CUMPRIMENTO DO JULGADO.

TENCIONADA MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE NO SENTIDO DE QUE EM AÇÕES DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL RESULTANTE DE CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA, O PERCENTUAL DE 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO MOSTRA-SE ADEQUADO E SUFICIENTE PARA REMUNERAR

COM DIGNIDADE O ENCARGO PROFISSIONAL.

REQUERIDA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS, COM FULCRO NO ARTIGO 85, §§ 1º E 11, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. IMPOSSIBILIDADE. REGRAMENTO APLICÁVEL AOS CASOS EM QUE A DECISÃO RECORRIDA TENHA SIDO PUBLICADA APÓS A ENTRADA EM VIGOR DA NOVEL LEGISLAÇÃO. HIPÓTESE INOCORRENTE.

SUCUMBÊNCIA. REDISTRIBUIÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE SE OPERA, ADEQUANDO-SE AO DESFECHO DO PRESENTE ACÓRDÃO.

APELO PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE" (fl. 399/403, e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 529/540, e-STJ).

No especial, a recorrente aponta violação dos arts. 1.022, inciso II, 485, incisos V e VI, § 3º, 337, §§ 1º e 3º e 373, inciso II do Código de Processo Civil de 2015.

Afirma preliminar de negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista haver omissão no acórdão recorrido quanto às questões de ordem pública referentes à ilegitimidade ativa e litispendência, suscitadas nos embargos de declaração.

Argumenta, no mérito, que não foram consideradas as provas dos autos que demonstram a ilegitimidade ativa dos autores pela cessão dos direitos a terceiros e a ocorrência de litispendência, questões de ordem pública passíveis de arguição a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O Presidente do tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A alegação de negativa de prestação jurisdicional merece prosperar.

Na hipótese dos autos, foram opostos declaratórios pela parte ora recorrente, firme nas seguintes argumentações:

"(...)

Por tais razões, diante das radiografias acostadas aos autos (fls. 211, 219, 221 e 222), bem como das Procurações (fls. 203/207 e as ora acostadas) e termo de cessão ora juntado aos autos, requer sejam acolhidas as razões ora expostas, para, que esta Colenda Câmara se manifeste sobre a questão de ordem pública suscitada e, via de consequência, julgue extinto o processo, condenando os autores ARACI GELBKE WIELEWSKI, ALZIRO SCHLOCOBIER, DAMIÃO TYSZKA, OSMAR JEFERSON PEDRON e LUCAS MARCOS LEVANDOWSKI ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

(...)

Excelência, imprescindível levantarmos o instituto da litispendência no presente caso, com relação aos autores ARACI GELBKE WIELEWSKI (fl. 222) e ALZIRO SCHLOCOBIER (fl. 221), prevista no art. 240, caput, do NCPC.

(...)

Ora, Excelência, conforme cópia em anexo dos documentos apresentados nos autos de nº 0077776-52.2009.8.24.0023 (023.09.077776-2), em trâmite na 4ª Vara Cível da Capital, distribuído em 27/11/2009, ou seja, antes do ajuizamento desta demanda, que se deu somente em 10/01/2013, a autora Supra Participação e Administração Ltda, pleiteou pedidos idênticos aos feitos nesta demanda, com relação aos mesmos contratos objeto deste processo, conforme documentos ora acostados" (fls. 435/443, e-STJ).

Entretanto, o tribunal de origem dirimiu a controvérsia nos seguintes termos:

"(...)

Asseverou a embargante que o julgado merece retoques, conformes as seguintes matérias de ordem pública ora agitadas, a saber: a necessidade de extinção do processo com relação aos autores Araci Gelbke Wielewski, Alziro Schlocobier, Damião Tyszka, Osmar Jeferson Pedron e Lucas Marcos Levandowski, ante a comprovação de ilegitimidade ativa destes; a ocorrência de litispendência no tocante aos demandantes Araci Gelbke Wielewski e Alziro Schlocobier. Com base nestes pleitos, pugna pelo acolhimento dos aclaratórios, inclusive com efeitos modificativos, com a condenação dos precitados autores ao pagamento das despesas processuais proporcionais e dos honorários advocatícios.

O exame dos autos, todavia, revela que as teses de ilegitimidade ativa e de litispendência ora trazidas à baila não foram agitadas anteriormente, nem em sede de contestação, nem nas contrarrazões ao recurso de apelação ofertado apenas pelos autores,

configurando-se patente inovação recursal, cuja análise deflui vedada neste momento.

Diante disso, torna-se inviável a análise das temáticas versadas nos presentes aclaratórios, ainda que respeitantes a matérias de ordem pública, porquanto sujeitas ao princípio do tantum devolutum quantum appellatum" (fl. 134, e-STJ).

Verifica-se que a corte estadual decidiu em desconformidade com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, firmada no sentido de que as matérias de ordem pública são suscetíveis de análise a qualquer tempo pelas instâncias ordinárias, não estando sujeitas à preclusão.

Sobre o tema:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTIGOS DE LEI TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA POSSIBILITAR O PREQUESTIONAMENTO FICTO. 3. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECLUSÃO AFASTADA. 4. DECRETAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRECEDENTES. SÚMULAS 7 E 83/STJ. 5. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

3. De fato, a Corte local decidiu em conformidade com o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior, uma vez que a prescrição, por ser matéria de ordem pública, é suscetível de análise a qualquer momento pelas instâncias ordinárias, inclusive de ofício pelo Magistrado ou pelo Tribunal, não estando sujeita, portanto, à preclusão.

4. Ademais, a conclusão do Tribunal de origem pelo afastamento da prescrição em face do reconhecimento da decretação da liquidação extrajudicial do Banco Bamerindus, sucedido pelo Banco HSBC, decorreu da análise das circunstâncias fático-probatórias da causa, cujo reexame é vedado em âmbito de recurso especial, pelo óbice da Súmula 7 do STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1.488.349/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 28/10/2019, grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. LEGITIMIDADE ATIVA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECLUSÃO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA LEI N. 8.240/1992. CONTRATO ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. EXCLUSIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA DE COMPROVAÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

1. 'A ausência de legitimidade ativa, por se tratar de uma das condições

da ação, é matéria de ordem pública cognoscível a qualquer tempo e grau, sendo insuscetível de preclusão nas instâncias ordinárias' (EDcl no AgRg no AREsp 608.253/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 21/06/2017).

(...)

7. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 446.001/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 03/10/2019).

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TARIFA DE EMISSÃO DE CARNÊ - TEC. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. MULTA COMINATÓRIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 211/STJ E Nº 282/STF. ILEGITIMIDADE PASSIVA. CARACTERIZAÇÃO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA. Nº 7/STJ. TESES DE: ILEGITIMIDADE ATIVA DO MP. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS A MAIOR EM ACP E CONHECIMENTO DE OFÍCIO DA PRESCRIÇÃO. SÚMULA Nº 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

5. A prescrição é matéria de ordem pública, podendo ser conhecida ou revista a qualquer tempo em 1ª ou 2ª instância.

6. A decisão judicial proferida em Ação Civil Pública não possui limites geográficos, orientando-se pelos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido - Resp 1243887/PR, representativo de controvérsia, 2ª Seção, Rel. Ministro Luís Felipe Salomão.

7. Agravo interno não provido" (AgInt nos EDcl no REsp 1.394.761/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 24/09/2019).

O artigo 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, remetendo-se ao artigo 489, § 1º, IV, determina que é omissa a decisão que *"não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador"*.

Assim, não tendo o Tribunal local enfrentado questão necessária ao deslinde da controvérsia, resta impossibilitado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a transgressão ao art. 1.022 do CPC/2015 a fim de anular o acórdão recorrido para suprir a omissão existente.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja apreciada a matéria suscitada nos declaratórios de fls. 431/445 e-STJ, como entender de direito.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator